

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

**Correspondência ao Autor**

Nome: José Bittencourt da Silva

E-mail:

josebittencourtsilva@gmail.com

Instituição: Universidade Federal do Pará, Brasil

Submetido: 14/06/2022

Aprovado: 08/05/2023

Publicado: 11/04/2024

 10.20396/rho.v24i00.8670111

e-Location: e024007

ISSN: 1676-2584

**Como citar ABNT (NBR 6023):**  
SILVA, J. B. da; TAPAJÓS, M. C.; CLARINDO, K. T. O subsistema de educação para o desenvolvimento sustentável em Belém do Pará: processos e aspectos conjunturais (1993-1996). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-27, 2024. DOI:

10.20396/rho.v24i00.8670111.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670111>. Acesso em: 11 abr. 2024.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



## O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM BELÉM DO PARÁ: PROCESSOS E ASPECTOS CONJUNTURAIS (1993-1996)<sup>1</sup>

  **José Bittencourt da Silva\***  
Universidade Federal do Pará

  **Michelle Costa Tapajós\*\***  
Fundação Escola Bosque

  **Karen Tavares Clarindo\*\*\***  
Secretaria Municipal de Educação de Tailândia

### RESUMO

O presente artigo objetiva debater o Subsistema Educacional para o Desenvolvimento Sustentável (SUEDS), uma política educacional municipal implementada entre os anos de 1993 e 1996 pela Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, na Amazônia brasileira. À luz do Materialismo Histórico e Dialético, toma-se como *corpus* empírico os denominados “Cadernos Caminhos da Educação”, os quais foram publicados pela Secretaria de Educação Municipal (SEMEC), em um total de sete volumes. Questiona-se no discurso institucional do período o ideário moderno da inauguração de um novo tempo, trazendo consigo inovações educacionais. Este momento da história política educacional municipal recente de Belém tem sido abordado em dissertações, teses e artigos científicos em universidades públicas e privadas localmente. Conclusivamente, aponta-se que este Subsistema efetivou na prática uma perspectiva neoliberal e, em muitos aspectos, conservador, pois abordou a conjuntura local (problemas sociais, econômicos e ambientais) silenciando os aspectos estruturais à formação social capitalista, violenta, genocida, etnocida, homogeneizadora dos espaços e geradora de pobreza na riqueza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Secretaria de Educação Municipal de Belém. Política Educacional Municipal. Subsistema Educacional para o Desenvolvimento Sustentável. Cadernos Caminhos da Educação.

**THE EDUCATION SUBSYSTEM FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN BELÉM DO PARÁ: PROCESSES AND CONJUNCTURAL ASPECTS (1993-1996)**

**Abstract**

This article aims to discuss the Educational Subsystem for Sustainable Development (SUEDS), a municipal educational policy implemented between 1993 and 1996 by the Municipality of Belém, State of Pará, in the Brazilian Amazon. In the light of Historical and Dialectical Materialism, the so-called “Cadernos Caminhos da Educação” are taken as empirical corpus, which were published by the Municipal Education Department (SEMEC), in a total of seven volumes. The institutional discourse of the period questions the modern idea of the inauguration of a new era, bringing with it educational innovations. This moment in the recent municipal educational policy history of Belém has been addressed in dissertations, theses, and scientific articles in public and private universities locally. Conclusively, it is pointed out that this Subsystem put into practice a neoliberal and, in many aspects, conservative perspective, as it addressed the local conjuncture (social, economic, and environmental problems) silencing the structural aspects of the capitalist, violent, genocidal, ethnocidal, homogenizing spaces and generating poverty in wealth.

**Keywords:** Secretary of Education of Belém. Municipal Educational Policy. Educational Subsystem for Sustainable Development. Paths to Education Notebooks.

**EL SUBSISTEMA EDUCATIVO PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE EN BELÉM DO PARÁ: PROCESOS Y ASPECTOS COYUNTURALES (1993-1996)**

**Resumen**

Este artículo tiene como objetivo discutir el Subsistema Educativo para el Desarrollo Sostenible (SUEDS), una política educativa municipal implementada entre 1993 y 1996 por el Municipio de Belém, Estado de Pará, en la Amazonía brasileña. A la luz del Materialismo Histórico y Dialéctico, se toman como corpus empírico los denominados “Cadernos Caminhos da Educação”, que fueron publicados por la Secretaría Municipal de Educación (SEMEC), en un total de siete volúmenes. El discurso institucional del período cuestiona la idea moderna de la inauguración de una nueva era, trayendo consigo innovaciones educativas. Este momento en la historia reciente de la política educativa municipal de Belém ha sido abordada en disertaciones, tesis y artículos científicos en universidades públicas y privadas a nivel local. En forma concluyente, se señala que este Subsistema puso en práctica una perspectiva neoliberal y, en muchos aspectos, conservadora, en tanto abordó la coyuntura local (problemas sociales, económicos y ambientales) silenciando los aspectos estructurales de la sociedad capitalista, violenta, genocida, etnocida, homogeneizando espacios y generando pobreza en riqueza.

**Palabras clave:** Secretaría de Educación de Belém. Política Educativa Municipal. Subsistema Educativo para el Desarrollo Sostenible. Cadernos Caminhos da Educação.

## INTRODUÇÃO

Objetiva-se neste artigo analisar de maneira processual o Subsistema Educacional para o Desenvolvimento Sustentável (SUEDS), entendido aqui como a realização de uma política educacional municipal, implementada entre os anos de 1993 e 1996 pela Prefeitura Municipal de Belém, Estado do Pará, na Amazônia brasileira. Os fundamentos teóricos, ideológicos e valorativos que legitimaram esta política estão presentes na produção institucional de materiais bibliográficos, documentais e informativo-publicitários, como os denominados “Cadernos Caminhos da Educação”, publicados pela Secretaria de Educação Municipal (SEMEC), em um total de sete volumes, os quais serviram de suporte empírico de análise deste artigo, associado a entrevistas com gestores governamentais municipais do período em tela. Questiona-se no discurso institucional manifesto nesses Cadernos, um certo ideário moderno de inauguração de um novo tempo, trazendo consigo inovações educacionais para o município como um todo.

Este momento da história política educacional municipal recente de Belém tem sido abordado em dissertações, teses e artigos científicos em universidades públicas e privadas na Amazônia paraense. Silva, Pinto e Pinheiro (2018) discutem o projeto político-pedagógico da Escola Bosque, criada em 1995, enfocando seu aspecto conservacionista e pragmático. Bezerra (2012) aborda a EA com base no relato de entrevistas de cinco professores envolvidos com a questão ambiental no Estado do Pará desde os anos de 1970, inclusive aqueles que fizeram parte da gestão da Escola Bosque. Assunção (2005) analisa a política municipal de educação na ilha de Caratateua no período de 1993 a 2000, com particular foco nos fundamentos políticos e pedagógicos que nortearam as ações administrativas municipais nesta ilha, abordando também as questões relativas ao acesso e inclusão social. Oliveira (2009), apesar de apresentar o processo de implantação de um museu no distrito de Icoaraci, faz uma incursão sobre o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, uma unidade de ensino componente da Rede de Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável criada em 1996.

Há ainda trabalhos que indiretamente discutem a questão educacional e ambiental no período em tela. Freitas (2005) aborda o tema das Políticas Públicas de Educação Ambiental em Belém do Pará de 1997 a 2004. Em que pese esse foco temporal, Freitas precisou voltar à administração municipal inaugurada em 1993, destacando a criação das várias organizações governamentais voltadas à questão ambiental belenense, como a Fundação Parques e Áreas Verdes de Belém e Escola Bosque. Guedes (2007) apresenta uma dissertação de mestrado sobre a questão da eleição direta de dirigentes escolares no Sistema Municipal de Ensino de Belém. Com base em dados documentais e bibliográficos a autora faz em seu texto uma abordagem específica da gestão municipal entre os anos de 1993 e 1996, citando de maneira expositiva, descritiva e pouco analítica o viés ambientalista do período. Souza (2015), em sua tese de doutorado, faz um estudo de caso sobre a Casa Escola

da Pesca abordando os múltiplos aspectos administrativos e pedagógicos desta unidade de ensino vinculada à Escola Bosque.

Esses produtos acadêmicos compuseram o levantamento e análise bibliográfica realizado durante a pesquisa exploratória do projeto de pesquisa intitulado “O Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável Instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual”, de responsabilidade do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB/UFPA). Pelo que se pode absorver das leituras realizadas, a maioria desses trabalhos são de cunho documental e bibliográfico, com predominância de textos expositivos e descritivos de fatos e realizações governamentais, sendo que nenhum deles abordou o Subsistema em sua totalidade, sempre tomando como referência pontual as suas Unidades, deixando muitas lacunas explicativas e analíticas que precisam ser mais bem discutidas.

Pretende-se contribuir com a compreensão e análise dos processos que deram existência às ações de governo no período aqui delimitado, a partir de um movimento do pensamento peculiar ao Materialismo Histórico e Dialético (Kosik, 1976; Marx, 2008). Precisamente, buscou-se implementar os três momentos básicos do método marxista de produção do conhecimento, a saber: 1) leitura problematizadora do material bibliográfico sobre o Subsistema e o período histórico delimitado; 2) levantamento e recolhimento de evidências do real empírico (aspecto fenomênico); 3) análise crítica do *corpus* da pesquisa e reconstrução do real abstrato a partir do referencial teórico utilizado (concreto pensado).

Além desta introdução, da conclusão e das referências, o texto apresenta dois momentos bem definidos. O primeiro é mais expositivo e descritivo e o segundo crítico e analítico. Precisamente, apresenta-se o SUEDS, instituído em 1996 no município de Belém, em que se objetiva caracterizá-lo enquanto ação de governo determinada pelas circunstâncias internacionais e nacionais própria dos “ventos” neoliberais que sopravam da Europa Ocidental, travestido de uma perspectiva de desenvolvimento, agora ligado ao discurso ecológico preservacionista. Ao final aborda-se analiticamente aquilo que realmente existe das Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, as quais ainda se mantêm até os dias atuais, tais como: o Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso e a Escola Parque Amazônia da Terra Firme.

## **SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996: UMA CARACTERIZAÇÃO POSSÍVEL**

A chamada questão ambiental e sua relação com a educação escolar foram marcantes nos anos de 1990 na Amazônia. No município de Belém do Pará esse assunto se fez presente de maneira indelével no campo político-administrativo entre os anos de 1993 e 1996. O

poder público municipal neste período envidou esforços no sentido de promover ações de governo voltadas, especificamente, à promoção do desenvolvimento humano local, a partir do tripé educação, meio ambiente e economia. A compreensão dessa postura dos gestores municipais deve ser buscada na conjuntura política, social, econômica e ambiental da década de 1990 em escala nacional e internacional.

Nas décadas de 1980 e 1990, havia de forma hegemônica a ideia de que seria possível um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável dentro das formações sociais capitalistas. A Organização das Nações Unidas (ONU) foi a maior divulgadora desse ideário, inclusive colocando o ano de 1990 como “[...] o Ano Internacional do Meio Ambiente” (Dias, 2004, p. 48). Nesse período é possível citar a Declaração Mundial sobre Educação para Todos realizada em *Jontien*, Tailândia, em 1990; em 1991 a publicação do documento intitulado “Uma Estratégia para o Futuro da Vida-Cuidando do Planeta Terra”; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (UNCED) ou Rio 92, e a Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos, em 1993 (GUEDES, 2007).

De fato, pode-se afirmar que a política municipal de Belém para educação e o meio ambiente esteve condicionada em alguma medida pelos eventos e ideias próprios do discurso do Desenvolvimento Sustentável proposto pela ONU, o qual se expressou no ambientalismo de resultado hegemônico no período, caracterizado pelo pragmatismo contemporâneo e pelo “[...] ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 1990” (Layrargues; Lima, 2014, p. 9).

A conceituação mais significativa e publicizada à época acerca do Desenvolvimento Sustentável foi cunhada na segunda metade dos anos de 1980 pela ONU e expressa no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”. Precisamente, foi a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, em 1987, que conceituou de maneira genérica Desenvolvimento Sustentável “[...] como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (Silva, 2003, p. 8).

Essa conjuntura ideológica hegemônica do desenvolvimento sustentável foi assimilada pelos agentes governamentais do município de Belém no âmbito da Secretaria de Educação. Isso pode ser perfeitamente observado em momentos diferentes, como por exemplo na institucionalização do Subsistema Educacional para o Desenvolvimento Sustentável, o qual foi instituído pelo poder executivo municipal por meio do Decreto N°. 29.205, de 13 de setembro de 1996 (Belém, 1996e). Este Decreto consolidou, formalmente, o Subsistema composto pelas seguintes unidades educacionais: I – O Liceu de Artes e Ofícios do Guamá; II – O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso; III – A Escola Parque Amazônia – Terra Firme; IV – O Liceu de Artes e Ofício de Hotelaria da Ilha de Cotijuba; e, V – O Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

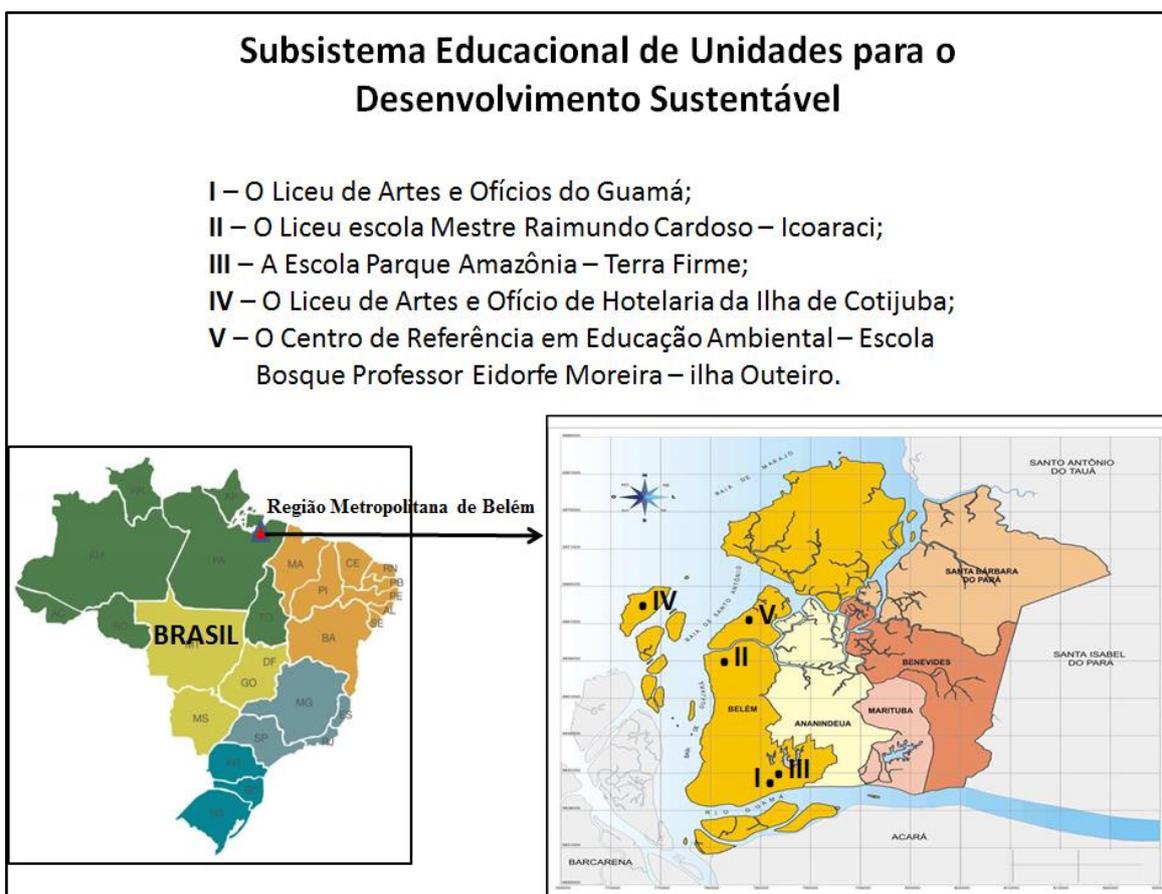


Figura 1 – Localização das Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Belém, Pará, Amazônia, Brasil

Fonte: Construído pelos autores com base nas informações contidas em documentos publicados pelo governo municipal de Belém (Belém, 1996a).

Na figura 1 acima, pode-se observar que o Município de Belém, representado na cor amarela, apresenta terras contínuas e insulares. Do total de cinco Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável (UEDS), criadas pelo poder executivo local, três delas estão na parte continental e duas na região das ilhas. É importante frisar que as UEDS foram todas (re)inauguradas no último ano de gestão do governo Hélio Gueiros, na seguinte ordem: Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira do Guamá no dia 01 de fevereiro de 1996; Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso de Icoaraci, em 16 de março de 1996; Complexo Educacional Parque Amazônia da Terra Firme, em 24 de abril de 1996; e por fim, o Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, inaugurado oficialmente no dia 26 de abril de 1996. Evidentemente que, em ano eleitoral, esses eventos objetivavam dar maior visibilidade ao grupo no poder municipal, face ao confronto político que se avizinhava. De fato, essa seria uma boa oportunidade para publicização dos feitos governamentais da situação, estratégia muito recorrente no campo político nacional, mas que não se mostrou eficaz naquela conjuntura.

O Liceu de Artes e Ofício de Hotelaria da Ilha de Cotijuba, que aparece citado no livro 3 dos Cadernos Caminhos da Educação, assim como no Decreto N°. 29.205 (Belém, 1996e) que criou o SUEDS, nunca foi efetivado, ficando apenas na intenção e no papel. Aliás, esta é uma informação inexistente na literatura acadêmica produzida sobre o período histórico recente acerca da política educacional de Belém. Os vários trabalhos encontrados e analisados durante a pesquisa bibliográfica, basearam-se, prioritariamente, em documentos e dados secundários, negligenciando estudos de campo acerca das Unidades e deixando os leitores em um vácuo de informação sobre o Liceu de Cotijuba, realidade somente detectada pela pesquisa empírica a partir de observações e entrevistas, o que foi feito no contexto das investigações concernentes ao Projeto acima citado.

No Caderno n°. 7, a própria Secretária de Educação da época observa que este Liceu ficaria só no papel, ao ressaltar que:

Liceu-Escola de Artes e Ofícios, na ilha de Cotijuba, cujo projeto provavelmente esta administração vai conseguir apenas esboçar. Será voltado para Educação Ambiental e Turismo, oferecendo profissionalização em administração e serviços de hotelaria de pequenas pousadas, adequadas ao turismo ecológico; técnicas agrícolas, marcenaria naval e pesca artesanal, visando a atender as respectivas categorias de trabalhadores da ilha (Belém, 1996c, p. 14).

No dia 12 de novembro de 2020, a ex-secretária de governo que esteve à frente da implementação das UEDS afirmou que:

[...] Esse Liceu de Artes e Ofícios de Hotelaria da Ilha de Cotijuba não deslanchou, ficou no sonho. Era uma ideia muito interessante àquela altura. Fruto da criatividade da Laís Aderne, já falecida, a quem devo o Liceu Escola do Paracuri, em Icoaraci. Faltaram-nos tempo, braços, pernas e cabeças para somar. Recursos financeiros também. Tempo exíguo, quatro anos de governo, sem possibilidade de reeleição (Silva, 2020)<sup>2</sup>.

A segunda informação que precisa de esclarecimento refere-se ao Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira do Guamá, criado em 1996, que possuía como objetivo promover a profissionalização de trabalhadores autônomos, atuantes em vários ramos de atividade manual. A ideia central era oferecer a essas pessoas uma maior capacidade de empregabilidade, aquisição de renda e melhorias econômicas às famílias participantes. Nas palavras de seu idealizador, o professor Pedro Demo, contratado pela prefeitura de Belém em 1995 como consultor educacional no governo Hélio Gueiros:

O sonho é a chance de dar ao pobre uma verdadeira chance. Dentro de um capitalismo estrangulador, que confunde concorrência e competência com selvageria, por conta do mercado excludente, é fundamental mostrar que, se há chance, precisa ser criada e sempre reconstruída [...] o pobre já é um artista, quando sobrevive com salário-mínimo. Será melhor artista, quando puder descobrir que tem a competência para, sabendo pensar, saber fazer

seu caminho de emancipação, inserindo-se adequadamente na cidadania e no mercado (Belém, 1996a, p. 80-81).

Nesse contexto, pretendia-se formar uma pessoa polivalente com base na ideia do “*factótum*”: no lado masculino, um profissional que, por exemplo, chamado à casa/apartamento, “[...] pudesse consertar vários itens com qualidade garantida (lidar com madeira, argamassa, parede, conservação/conserto)” (Belém, 1996b). Por outro lado, às mulheres trabalhadoras a perspectiva estava voltada para um labor de cunho doméstico, ou seja, “[...] do lado feminino, uma profissional capaz de dar conta, com autonomia e qualidade, das lides da ‘empregada doméstica’ incluindo trabalhar bem com alimentos (também congelar e montar dieta) vestuário, limpeza da casa, talvez mesmo dar conta do orçamento doméstico” (Belém, 1996b).

Pode-se dizer que esta perspectiva formativa estava em consonância com um contexto inicial das ideias neoliberais da polivalência produtiva, ou seja, uma formação centrada na noção de múltiplas competências e habilidades, com uma escola multifacetada, vinculada às necessidades do capital e às mudanças no processo de produção e suas formas de gestão, objetivando maior acumulação capitalista a partir do paradigma da produção flexível, a qual supõe ideais produtivistas como: autonomia, flexibilidade e adaptabilidade a novas situações.

Percebe-se que a proposta de profissionalização a partir do *factótum* (o “faz tudo”) ancorada em pressupostos do pensamento liberal e/ou neoliberal, próprio da conjuntura ambientalista dominante nos anos de 1990, pretendeu promover uma formação dos trabalhadores voltada ao mercado de trabalho, à empregabilidade, à aquisição de rendimentos para os trabalhadores e trabalhadoras do município de Belém, muito focado no tão propalado desenvolvimento humano e sustentado. Como observou Libâneo (2012, p. 220) acerca do discurso desenvolvimentista da ONU:

A ideia do Desenvolvimento Humano é mais exequível aos indivíduos e não exclusivamente à sociedade e, neste sentido, já não se trata da ênfase no desenvolvimento econômico em geral, mas no desenvolvimento dos indivíduos em que cada um se reconhece como portador de um desenvolvimento, como propriedade intrínseca do indivíduo. [...]. O foco das políticas sociais deve ser o ser humano como recurso mais importante, pois se trata de sujeito que deseja e consome, portanto, suscetível de ingressar no mercado.

Hoje o prédio que abrigava o Liceu é utilizado pelo Centro de Referência e Assistência Social do Guamá (CRAS-GUAMÁ), órgão público municipal, mas mantido com recurso do Ministério do Desenvolvimento Social. O CRAS-GUAMÁ objetiva fornecer apoio e proteção assistencial a pessoas que residem em áreas consideradas de vulnerabilidade social. Uma das atribuições desse CRAS é viabilização do acesso a projetos e benefícios governamentais, sejam estes federais, estaduais ou municipais.

Com a criação das UEDS a prefeitura de Belém passou a administrar, de fato, duas redes de ensino. Uma constituinte do sistema regular, muito mais numerosa do ponto de vista dos sujeitos educacionais envolvidos, e outra formada pelas três unidades escolares remanescentes do SUEDS, criado em 1996. A primeira criada pela Lei Nº. 7.722, promulgada pela Câmara Municipal em 07 de julho de 1994, e a segunda instituída pelo próprio prefeito Hélio Mota Gueiros por meio do Decreto Nº. 29.205, de 13 de setembro de 1996 (Belém, 1996e).

Art. 7º A Educação Ambiental é considerada prioridade relevante do Sistema Próprio de educação e tem na Escola Bosque de Outeiro sua referência ecológica e técnica, merecendo particular atenção o complexo das Ilhas.

§ 1º A Escola Bosque de Outeiro é uma entidade escolar que congrega educação infantil, 1º e 2º graus, persegue auto-sustentação relativa através de atividades profissionalizantes implantadas com sentido ecológico, cultural e regional, destacando-se pela ambiência favorável e oferta pedagógica atualizada e qualitativa.

§ 2º Como referência ambiental do Sistema Próprio de educação do Município, a Escola Bosque, com o apoio da Secretaria Municipal de educação e do Instituto dos educadores de Belém (ISEBE) deverá garantir, além da educação ambiental sempre renovada, material didático específico e original disponível para todas as escolas (Belém, 1994a).

Essas escolas, as UEDS, foram construídas nas chamadas áreas de baixada, territorializadas por famílias de trabalhadores e em precárias condições de habitabilidade. Por isso elas se diferenciavam (e ainda se diferenciam até hoje) da paisagem local, como se fossem verdadeiros “enclaves”.

É possível afirmar que estes estabelecimentos de ensino, em seu nascedouro, apresentaram interfaces importantes com demandas comunitárias específicas, em territorialidades diferentes no município de Belém. Mas o tipo de escola que se efetivou, desde as características prediais, passando pelas estratégias pedagógicas até chegar aos fins educacionais escolares, tudo isso refletiu a conjuntura desenvolvimentista ambientalista internacional da década de 1990, assim como os anseios e desejos político-ideológicos do grupo no poder, desejosos em deixar sua marca administrativa no campo da educação de forma inovadora, ratificando aquilo que Saviani (2008) observou sobre os limites estruturais das políticas educacionais brasileiras, ou seja, os agentes políticos, tomadores de decisão, sempre acabam tendo posturas supostamente heroicas e inaugurando em cada gestão uma “nova” experiência educacional, negligenciando aquilo que já existia anteriormente.

Como não foram criadas a partir de uma visão de política pública abrangente, ampliada para todo o município de Belém, essas UEDS se caracterizaram como projetos-pilotos, criados para os trabalhadores a partir da “cabeça pensante” de seus idealizadores. Por isso se diz localmente que a “Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira” era do professor Pedro Demo, o “Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso” da Professora Laís Aderne e a “Escola Parque Amazônia da Terra Firme” da professora Ivone Favacho. Acerca dessa

característica das ações de governo, Saviani (2008, p. 11) destaca que no Brasil prevalece, estruturalmente, o ideário do gestor inovador, aquele que quer deixar sua marca no campo da educação, projetando a ideia de que “é com ele que, finalmente, o problema será resolvido”.

## **POSSIBILIDADES ANALÍTICAS CONJUNTURAIS DAS UEDS**

Como já indicado acima, atualmente o que se tem efetivamente existente das UEDS são as seguintes unidades: Escola Bosque, o Liceu do Paracuri e a Escola Parque Amazônia da Terra Firme. As demais ou não existem mais ou ficaram apenas no papel e na letra da lei. O que segue são exposições e análises de processos, mediações e aspectos conjunturais que consideramos relevantes no contexto atual desses estabelecimentos de ensino no município de Belém.

A Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira foi criada pela Lei Municipal nº. 7.747 de 2 de Janeiro de 1995 (Belém, 1996d), com localização na Av. Nossa Senhora da Conceição, s/n, Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT). Historicamente, a concepção legitimadora de sua criação ligou-se à atmosfera das discussões nacionais e internacionais neoliberais do desenvolvimento sustentável das décadas de 1980 e 1990 (Belém, 1994b). Neste contexto ambientalista, buscava-se tão somente a “[...] correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista” (Löwy, 2014, p. 37), atacando os aspectos fenomênicos (Kosik, 1976) da pobreza material e da “crise ambiental” (Layrargues; Lima, 2014). Para a mitigação desses problemas, colocou-se no centro das propostas o processo de escolarização dos educandos, mas apartada dos problemas imanentes ao modo de produção e consumo da sociedade capitalista mundial e periférica, em particular a realidade amazônica.



Figura 2 – Localização da Escola Bosque na Ilha Caratateua  
 Fonte: Construído pelos autores com base em Belém (2013).

Sem fins lucrativos e regida por estatuto próprio, a Escola Bosque, como é conhecida localmente, constitui-se como uma Fundação (FUNBOSQUE), com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Sua institucionalização objetivou fazer dela um centro de referência em Educação Ambiental, integrando a formação escolar básica, atuando no âmbito da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Também atende alunos/as nas modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação do Campo e Educação Profissional e Tecnológica.

Ao longo dos anos, a Fundação foi ganhando mais espaços educativos aumentando sua abrangência. Além de sua sede na ilha de Caratateua (Outeiro), a Escola Bosque possui várias unidades pedagógicas (UPs) sob sua responsabilidade jurídica, administrativa, pedagógica e financeira. No Mapa de localização a seguir pode-se observar a representação dos locais onde estão a UP Casa Escola da Pesca na Ilha do Outeiro, as UPs Faveira, Flexeira e Seringal na Ilha de Cotijuba, a UP Jamaci na ilha de Paquetá e a UP Jutuba na ilha de mesmo nome, Jutuba.

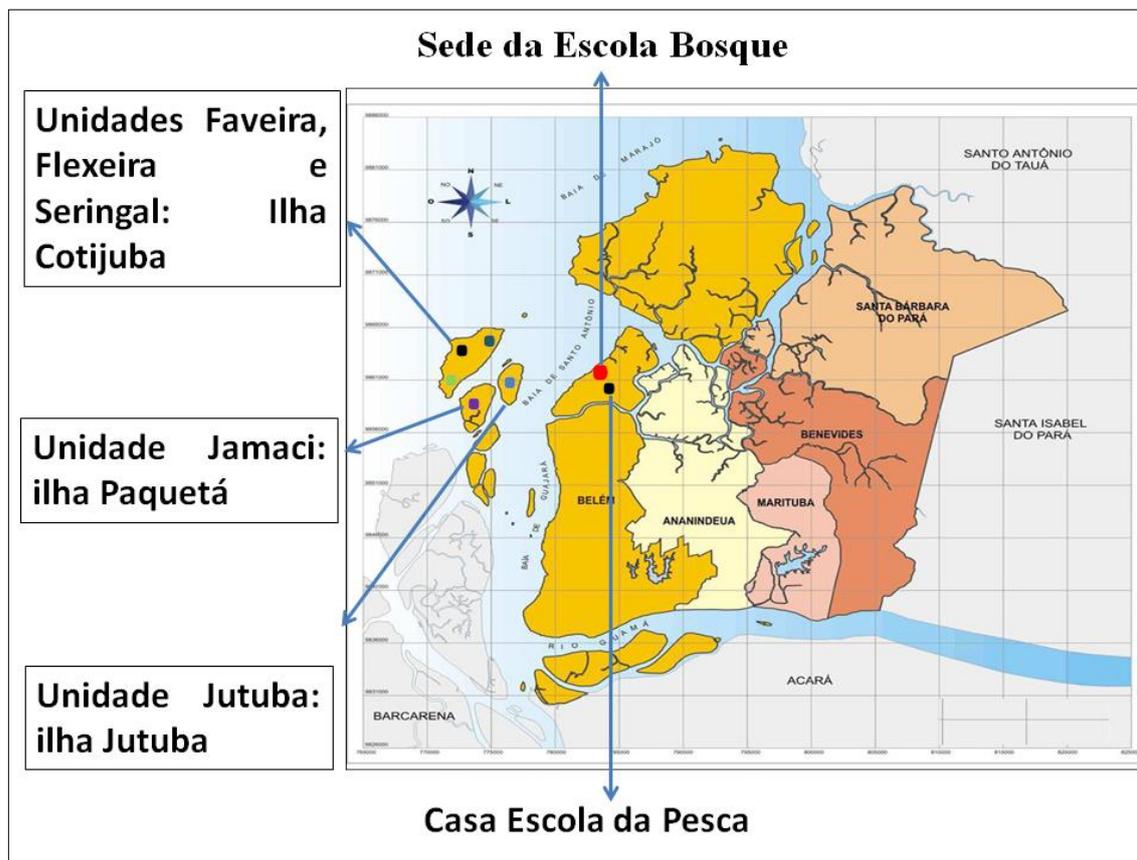


Figura 3 – Complexo de estabelecimentos de ensino componentes da FUNBOSQUE  
 Fonte: Construído com base em Belém (2013).

O local onde está a sede da Escola em Caratateua ocupa uma área de 120.000 metros quadrados em mata secundária, onde foram realizados levantamentos topográficos e zoobotânicos (Belém, 1994a). “O terreno foi uma conquista dos moradores e repassado para a Prefeitura de Belém” (Belém, 1996b, p. 25), que deu início às obras com previsão de entrega para agosto de 1994. Por sua cobertura natural praticamente intacta, o projeto elaborado pretendia preservar ao máximo a vegetação que serviria de laboratório para seus futuros alunos.

A Escola Bosque foi concebida em meados da década de 1990 em um contexto em que o discurso (quase inquestionável) do desenvolvimento sustentável se fazia presente de

maneira imperativa. Seu projeto pedagógico firmava um compromisso com fortalecimento da Educação Ambiental no sistema de ensino de Belém, em que a própria Escola Bosque deveria ser implementada enquanto centro distensor de práticas, saberes e conhecimentos no campo do debate ambiental. No seu Projeto Educacional de 1994, observa-se que o objetivo geral da escola era

Implantar a educação ambiental na rede de ensino municipal de Belém, integrada a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, tendo a Escola Bosque como polo irradiador para uma nova consciência ambiental e para novas formas de intervenção equilibrando o homem ao seu meio ambiente na construção de um processo de desenvolvimento sustentável (Belém, 1994a).

Pedagogicamente, pretendia-se dar conta da formação de um novo sujeito, que rompesse com as antigas práticas da pedagogia tradicional. Segundo Reis (2009), a proposta inicial da Escola Bosque era trabalhar com a pedagogia de projetos a partir das ideias piagetianas construtivistas, procurando implementar um percurso formativo a partir dos interesses dos próprios alunos. Era o ideário do aprender a aprender escolanovista bastante criticado por Saviani (1999).

Um fato que é destacado em relatos de seus idealizadores, é que a proposta pedagógica da instituição teria sido desconfigurada com a entrada de servidores efetivos a partir do primeiro concurso público realizado pela fundação, no ano de 2008. Antes da realização deste certame a instituição não contava com quadro de servidores próprios, eles provinham, principalmente do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação através de indicação, tendo como atrativo a remuneração diferenciada, e de contratos de prestação de serviço.

Nesse cenário de indicações políticas, dificilmente, se faria qualquer contestação ao que estava imposto como proposta a ser seguida. Posição oposta ocupada por servidores pertencentes ao quadro efetivo da fundação que, desde o início, buscaram construir uma nova proposta, como sujeitos pertencentes a este espaço. Esse movimento de contestação culminou com a elaboração de um novo Projeto Político Pedagógico (2017), resultado da mobilização de toda a comunidade escolar, concretizando essa nova proposta, agora com a participação efetiva dos sujeitos partícipes desse projeto.

Em sua trajetória, a fundação contou com diversos gestores e propostas políticas atreladas aos interesses de cada conjuntura, contudo, cabe destacar a tentativa de retirada da oferta do Ensino Médio, pela gestão que atuou no período de 2018 a 2020, gerando grandes mobilizações em prol da permanência desse nível de ensino e, também, da proposta formativa da instituição que se propõe a realizar formação integral em todo o percurso da Educação Básica.

Na conjuntura do atual governo municipal, a Fundação está sendo gerida por servidores efetivos do quadro, configurando-se como marco na trajetória da instituição, culminando com um movimento que busca traçar novos rumos em prol da efetivação do

papel da instituição no cenário municipal como propulsora de debates e práticas ambientais em instituições escolares. Apesar das especificidades históricas de construção, o Liceu Mestre Raimundo Cardoso do Paracuri também encontra imerso em problemas e dilemas peculiares a sua existência como UEDS.

O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso está localizado no Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), área continental do município de Belém, cerca de 20 Km do centro da cidade. Sua inauguração oficial ocorreu em 31 de dezembro de 1996, mas esta unidade escolar já funcionava desde o mês de março do mesmo ano, com atendimento de ensino formal para um quantitativo de 1.074 alunos entre os níveis de ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e adultos (Belém, 1997, p. 27).

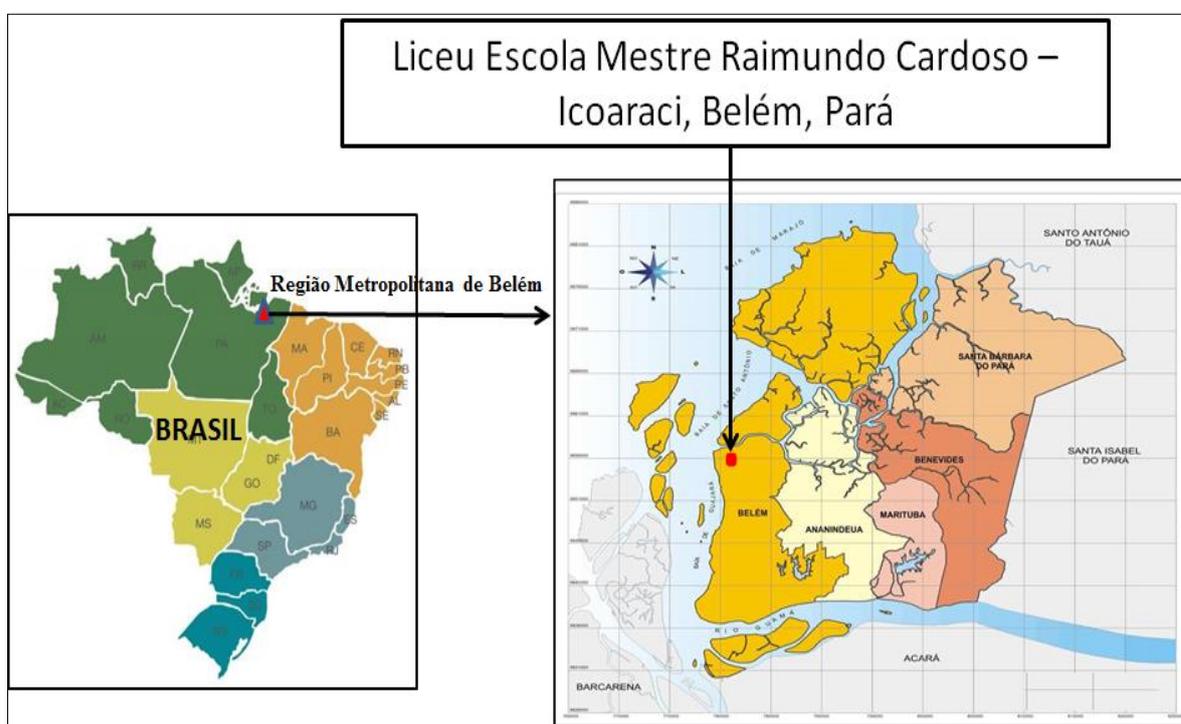


Figura 4 – Mapa com a localização do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso.

Fonte: Construído pelos autores com base nas informações contidas em documentos publicados pelo governo municipal de Belém (Belém, 1996a, 1996b, 1996c).



Figura 5 – Vista Panorâmica da localização da Escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso.

Fonte: Silva (2000).

Ao tomarmos os textos constituintes dos “Cadernos Caminhos da Educação”, podemos depreender que o nome Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso apresenta dois significados dados pelo próprio grupo no poder, a saber: primeiro relativo à ideia de liceu escola, ou seja, uma unidade pedagógica pública que deveria oferecer uma formação profissional ao educando, mas associada à educação escolar propedêutica. A segunda diz respeito ao nome Raimundo Cardoso, uma homenagem ao artesão ceramista paraense que se notabilizou pela qualidade dos seus artefatos de barro-argila, produzidos na área do bairro Paracuri, em Icoaraci.

Em essência, o Liceu pode ser entendido como a realização das ideias de uma pessoa, a professora Laís Fontoura Aderne, arte-educadora mineira contratada pelo governo municipal de Belém para prestar consultoria no campo educacional no bairro Paracuri. A ideia inicial esteve alicerçada no ensino escolar que contemplasse a produção oleira, a partir da oferta de oficinas propostas pelo Núcleo de Artes da instituição, contando com a parcerias de mestres locais, entrelaçando esses conhecimentos ao currículo formal deste estabelecimento de ensino.

O Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso apresenta uma estrutura física grandiosa para os padrões tradicionais das escolas belenenses atuais, contrastando com o seu entorno marcadamente precarizado. De fato, ele contrasta com muitos espaços físicos da maioria das unidades educacionais da rede municipal de ensino, possuindo salas para oficinas relacionadas a produção ceramista, biblioteca, videoteca, sala de recursos multifuncionais, salas de informática, galeria de arte etc.



Figura 6 – Fotografia da fachada Externa do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, Travessa dos Andradas, Bairro Ponta Grossa, em Icoaraci.  
Fonte: Silva (2020).

O processo propositivo inicial educacional/formativo desta escola, a qual se voltou originalmente a filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras ligados à produção oleira ceramista comunitária do local, ao longo de sua trajetória acabou sofrendo mutações. Essas alterações em sua proposta inicial ficam evidentes na fala da ex-diretora da unidade (2010-2017), quando afirma:

[...] todas aquelas oficinas, aquele maquinário, todo aquele aparato tecnológico que havia lá, para dar esse suporte havia se transformado num mero "tapa buraco", das lacunas que a educação formal tinha no Liceu, o núcleo de artes ao invés de reger todo o pensamento, todo o trabalho, ser a mola mestra do pensamento daquela escola, das ações do projeto daquela escola tinha se tornado um apêndice (Silva, 2020)<sup>3</sup>.

Durante o período de 2005 a 2012, houve um movimento de retomada ao projeto inicial do Liceu, engendrado pelo retorno ao cargo de secretária de educação da gestora responsável pela instituição das UEDS em meados da década de 1990 (Lima, 2021). Ficando evidente o movimento pendular que historicamente marcam as políticas educativas (Saviani, 2008), atrelados aos anseios políticos dos que estão no poder.

Nesse movimento de retorno foram realizadas ações como a construção de um ginásio poliesportivo, o direcionamento de gestor escolar com profundo conhecimento da proposta pedagógica inicial e ações que viessem dar maior visibilidade ao trabalho pedagógico desenvolvido na escola a partir das oficinas realizadas no espaço, com ampla divulgação nos veículos de imprensa.

Apesar de sua proposição estar entrelaçada a demandas produtivas locais, exclusivamente à ceramista, sua proposta inicial não pode ser considerada participativa, principalmente porque deixou de lado o conjunto dos sujeitos educacionais municipais

envolvidos com o fazer educacional, fato comum as UEDS. Como já mencionado acima, essas unidades foram pensadas e implementadas a partir de pessoas específicas, contratadas pela gestão da época que, no caso do Liceu, foi a professora Laís Fontoura Aderne, arte-educadora com experiências na realização de projetos ligados a questões comunitárias.

O processo de vivificação das UEDS esteve sempre ligado aos ditames dos grupos no poder municipal. A forma como as Unidades foram geridas dependia do viés político-ideológico de cada gestão, que passaram a dar formatos diversos aos seus objetivos institucionais. O Liceu do Paracuri, em sua história recente, foi transformado em Escola Cívico-Militar (ECIM), a partir da adesão da Prefeitura Municipal ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM), que passou a ser denominado de Escola Municipal Cívico-Militar Liceu Mestre Raimundo Cardoso, proposta que se configura como diametralmente oposta à sua concepção historicamente constituída, ou seja, um espaço educacional com formação profissional no âmbito da produção ceramista.

Este fato provoca questionamentos quanto às motivações que levaram a Prefeitura Municipal Belém a aderir ao PECIM e, principalmente, como se chegou ao Liceu do Paracuri para implementar tal programa, considerando sua concepção de formação para a prática social, e que, as escolas que são militarizadas se propõem a formar sujeitos moldados para se submeter ao sistema vigente, retirando de sua formação a possibilidade de contestação, atendendo aos interesses das classes dominantes (Veiga, 2020).

O movimento de compartilhar a gestão das escolas públicas com aspectos da prática militar implementado pelo PECIM, está em consonância com as reformas educacionais provindas do alinhamento com as políticas neoliberais, presentes no Brasil desde a década de 1990 em aliança com o neoconservadorismo (Martins, 2019), tendo no Governo Federal de 2019 a 2022 um espaço propício para um considerável avanço dos movimentos de militarização das escolas públicas, as quais já estavam sendo implementados a partir de diversos arranjos administrativos.

A partir da adesão ao PECIM, o Liceu passou a contar com a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica baseadas nos modelos adotados pelos Colégios Militares (Brasil, 2019a), conforme preconizam os dispositivos jurídicos que embasam a referida política educacional. Contudo, esses modelos possuem um conjunto de normas e regras bem rígidas, construídos a luz da pedagogia militar, ocasionando uma adequação do perfil de estudantes, que necessitam seguir as normas estabelecidas em seus regulamentos, indo de encontro aos princípios da gestão democrática e de pluralismo de ideias constitucionalmente estabelecidos (Mendonça, 2020).

O percurso histórico desta instituição, marcado por mutações ocorridas em sua trajetória, demonstra o vai e vem de políticas educacionais destinadas à escola, marcada por vontades políticas e pelo pensamento de que agora “[...] o problema será resolvido” (Saviani, 2008, p. 11). De acordo com falas dos sujeitos envolvidos nessa realidade educativa, todos foram pegos de surpresa com o fato da escola se tornar uma ECIM. Alguns requisitos que constam na Portaria

Nº. 2.015/2019 (Brasil, 2019b) para que uma unidade educacional integre ao PECIM, não foram preenchidos, como: apresentar baixo rendimento no IDEB, que não é a situação do Liceu e, principalmente, a aprovação da comunidade escolar, a partir de uma consulta pública. Evidenciando que essa mudança pode estar mais atrelada a vontades políticas do que atendimento aos anseios da comunidade escolar desta instituição.

Assim, evidenciamos que o Liceu Mestre Raimundo Cardoso apresenta uma trajetória singular, principalmente quanto a concepção pedagógica que norteia sua prática e sua relação com a histórica limitação da política educacional brasileira evidenciada por Saviani (2008) no que concerne à descontinuidade das políticas públicas educacionais. Esta realidade histórica do Liceu, ou seja, essa ausência de consistência ou solidez de um projeto escolar duradouro, também pode ser observado na Escola Parque da Terra Firme

A Escola Parque Amazônia da Terra Firme localiza-se na rua Vinte e Sete de Setembro, número 196, bairro Montese. Ela é uma das unidades educacionais que compuseram o Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Foi formalmente instituída em 1996 pelo Decreto Nº. 29.205 (Belém, 1996e) e seu processo de criação ligou-se às manifestações populares de lutas e ocupações que objetivaram a garantia de moradias para pessoas sem teto do núcleo urbano de Belém, na primeira metade da década de 1990.

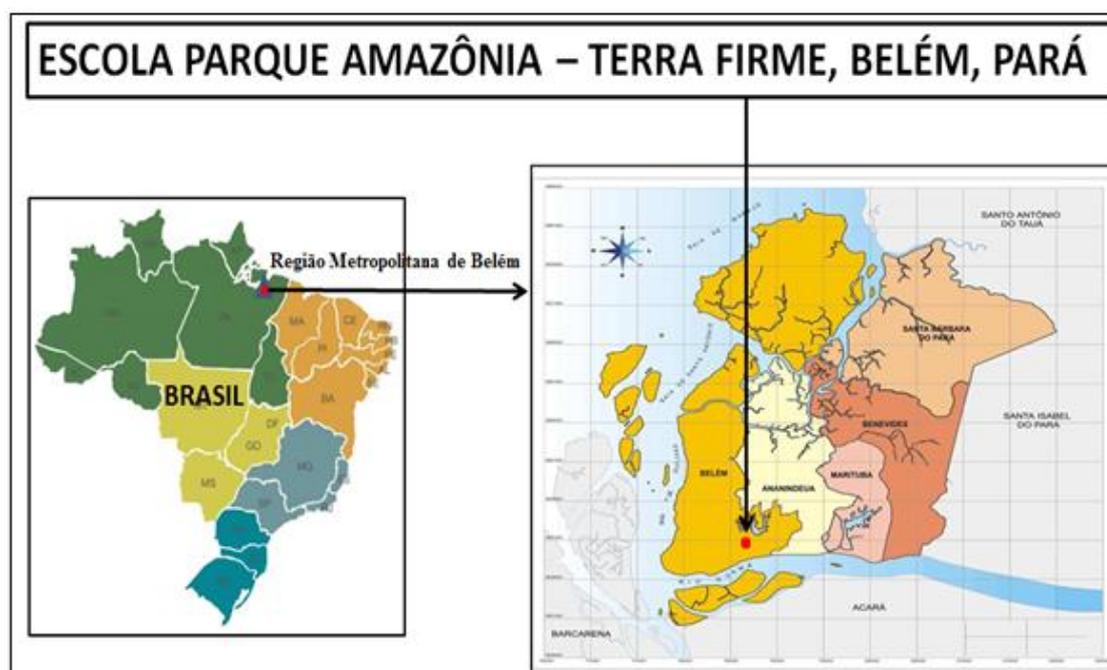


Figura 7 – Mapa de localização geográfica da escola Parque Amazônia.

Fonte: Construído pelos autores com base nas informações contidas em documentos publicizados pelo governo municipal de Belém (Belém, 1996a, 1996b, 1996c).

A partir das escutas de narrativas orais dos sujeitos educacionais ouvidos durante as pesquisas de campo, pode-se depreender que as atividades educacionais da Escola Parque

iniciaram em meados de março de 1996, mas sua inauguração ocorreu no dia 26 de setembro de 1996, último ano vigente do mandato do prefeito municipal Hélio Gueiros. Os jornais publicaram que essa seria uma das principais obras públicas deste governo (Invasão, 1996; Oliveira, 1996). As imagens a seguir foram feitas no dia da inauguração da Escola Parque Amazônia no bairro Terra Firme, hoje denominado bairro Montese.



Figura 8 – Imagens fotográficas da inauguração da Escola Parque Amazônia da Terra Firme  
Fonte: Silva (2000).

A proposta desta escola seguia o mesmo caminho traçado pelos chamados liceus, ou seja, conjugar educação escolar com formação laboral. A ideia era que os educandos precisariam de escolarização, como também de uma profissão, daí a implantação de atividades que pudessem gerar emprego e renda, tais como: artesanato, culinária, costura etc. Nas imagens a seguir tem-se um pouco dessa realidade educacional-formativa, ou seja, uma escola para filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras do município de Belém, os quais receberiam formação escolar e, fundamentalmente, seriam ensinados a ser trabalhadores manuais. Na primeira foto, à esquerda, tem-se uma adolescente (uma menina) costurando uma roupa e a direita os resultados dos trabalhos artesanais.

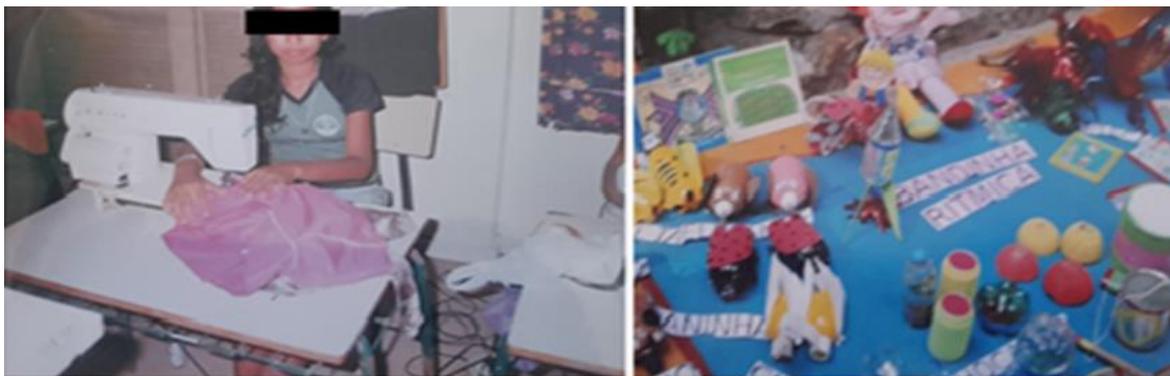


Figura 9 – Imagens fotográficas referentes a atividades pedagógicas de algumas formações dos adolescentes matriculados na Escola Parque Amazônia.

Fonte: Silva (2000).

A Escola Parque Amazônia abrange uma extensão territorial ampla, com área aproximadamente de 135.200m<sup>2</sup> (Belém, 1996b), construída no território legal desmembrado da Universidade Federal do Pará (UFPA), ocupado em 1990. Ela foi concebida pelo movimento social dessa Comunidade, que se organizou para lutar por moradias e por melhorias no espaço ocupado, incluindo a construção de uma escola, para atender a demanda apresentada, pois, até então, era necessário percorrer longas distâncias para se chegar às unidades educacionais mais próximas. A partir dessa mobilização, o governo municipal da época, que estava organizando a criação do SUEDS, assumiu a construção da escola e a inseriu nesse subsistema.

De todas as UEDS criadas em 1996, pode-se dizer que a Escola Parque Amazônia da Terra Firme tem em seu nascedouro uma forte ligação com o movimento social de ocupação dos espaços urbanos de Belém. De fato, ela é uma demanda das pessoas que iniciaram o processo de ocupação de uma área pertencente ao governo federal, destinada à Universidade Federal do Pará. Essa história de lutas e conquistas está demonstrada no Projeto Político Pedagógico da escola, como se lê no excerto a seguir: “A escola Parque Amazônia é fruto da luta do povo da Terra Firme, mas em particular dos membros da ocupação Parque Amazônia, que no momento da ocupação reservou o terreno para a construção da escola” (Belém, 2016, p. 12).

Com muitos problemas atualmente a serem resolvidos, a Escola Parque Amazônia necessitará passar por uma grande reforma, uma vez que sua estrutura física pode estar comprometida, inclusive colocando em riscos a comunidade escolar. Segundo informações da própria diretora esse comprometimento do prédio se deu porque não foi feita uma fundação adequada para o solo do lugar, uma área com terreno extremamente úmido, situação que se expressa nas rachaduras que se formaram nas partes e nas colunas de sustentação da construção. Segundo relatos de ex-alunos e funcionários, a escola sempre passou por reformas superficiais, mas nunca houve um trabalho que resolvesse definitivamente o problema.

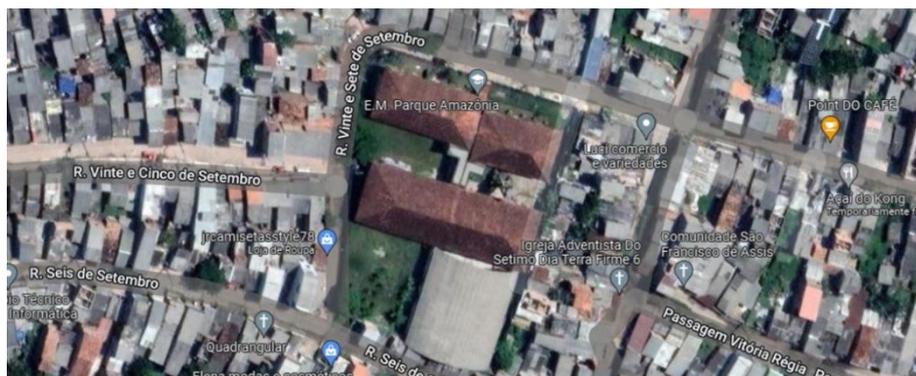


Figura 10 – Vista Panorâmica da localização da Escola Parque Amazônia da Terra Firme  
 Fonte: Silva (2000).



Figura 11 – Imagem da fachada da Escola Parque Amazônia da Terra Firme  
 Fonte: Silva (2000).

A escola em seu sentido geral, entendida como espaço de ensino e aprendizado da cultura letrada (Saviani, 2013), tem se mostrado na realidade brasileira como uma escola dual, peculiar ao movimento existencial da formação social capitalista nacional, a qual é estruturalmente injusta e desigual, com um ambiente escolar próprio para os filhos dos ricos, e outro, constituindo-se como a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres. Nóvoa (2009, p. 64), pontua suas análises nesta direção:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos.

Rigorosamente falando, a Escola Parque Amazônia pode ser, criticamente, caracterizada como uma escola acolhedora para os pobres, apesar de sua infraestrutura física grandiosa. De fato, a escola é muito mais acolhedora do que um espaço formativo baseado no conhecimento e, em certa medida, acaba por tolher o direito de todas as classes à cultura letrada, ao conhecimento substancial e à aprendizagem significativa dos conteúdos necessários à vida existencial dos educandos.

Enfim, pode-se dizer que há um viés ideológico, pragmático e neoliberal nesse contexto propositivo educacional em Belém. A expressão maior desse ideário pode ser observado na proposta de formação de um cidadão trabalhador polivalente (factótum). Por isso os nomes das escolas eram Liceu de Ofícios, ou Liceu de Artes, Escola Bosque, Parque Amazônia etc., que seriam os lugares onde o processo educativa formal básico deveria voltar-se para uma suposta qualificação da mão de obra para um mercado de trabalho polivalente, negligenciando a realidade do capitalismo periférico amazônico, com suas contradições históricas que se revelavam (e ainda se revelam) no desemprego, na falta de oportunidades, no exército de reserva, na precarização do trabalho e tantas outras mazelas do sistema.

## CONCLUSÃO

O Subsistema Educacional para o Desenvolvimento Sustentável (SUEDS) foi uma ação do governo municipal de Belém, Estado do Pará, implementada entre os anos de 1993 e 1996, a qual ancorou-se em um discurso político de combate à pobreza a partir da ideia de desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental. Neste sentido, as transformações desejadas deveriam ser induzidas pelas próprias instituições de ensino dos filhos e filhas dos trabalhadores belenenses. Por isso os objetivos formativos escolares das UEDS deveriam voltar-se à qualificação da mão de obra, ao mercado de trabalho, à empregabilidade e geração de renda com respeito ao meio ambiente natural.

Assim é que foram criadas quatro dessas Unidades em Belém, todas situadas em áreas periféricas. São elas: Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, na ilha de Caratateua; Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, no Bairro Paracuri em Icoaraci; Escola Parque Amazônia no bairro Terra Firme, hoje Montese; e o Liceu de Artes e Ofício do Guamá, às proximidades da Universidade Federal do Pará. Em todos esses espaços formativos a ideia da educação integral se ligava ao mercado, em particular ao mercado de trabalho e suas exigências do momento.

Nos quatro anos de seu mandato o discurso da inovação, enquanto momento que se inaugura com a chegada do grupo político ao poder municipal de Belém em 1993, atrelou o sentido discursivo de suas ideias educacionais às ideologias do progresso, à modernização dos espaços prediais, à novidade tecnológica, mas acabou, na prática, reforçando o pragmatismo neoliberal da formação social capitalista, pois não demonstrou-se a necessidade de construção de sujeitos coletivos, capazes de denunciar, confrontar e buscar

subverter a ordem imediatista da pobreza que se desejava combater, pobreza esta imanente à economia capitalista e sua engrenagem destrutiva de relações sociais solidárias ambientalmente insustentável (Baschet, 2021; Foladori, 1999).

O processo de escolarização das UEDS não foi capaz de apresentar os problemas sociais, econômicos e ambientais em sua conexão com o processo civilizatório capitalista europeu ocidental, violento, genocida, etnocida, homogeneizador dos espaços e gerador de pobreza na riqueza. Como afirmou Baschet (2021, p. 1), a palavra “capitalismo” traz em si a energia mobilizadora, potencialmente crítica e criativa, que o pensamento neoliberal tentou transformar em letra morta, ou palavra arcaica, ultrapassada, obsoleta como se o capitalismo fosse o único modelo de sociedade e o fim da história. Ao ignorar o debate acerca da formação social capitalista e sua dinâmica própria enquanto forma de organização social e não somente um sistema econômico, não foram geradas as condições de entendimento de sua complexidade, contradições internas e seus processos de manutenção. A ausência de análises profundas do capitalismo, enquanto sistema social, denota a ausência de substância crítica da proposta formativa das UEDS para os filhos e filhas dos trabalhadores na cidade de Belém.

Finalmente, vale ressaltar que as UEDS não podem ser consideradas como políticas públicas estruturantes ou estruturais à Rede de Ensino Municipal de Belém, pois além de aderir à conjuntura peculiar aos processos globalizantes do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, promoveu mudanças extremamente pontuais, constituindo-se em uma ação de governo de baixo impacto educacional no município de Belém, ficando aquém das reais necessidades da grande maioria da sociedade belenense.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, M. F. **A política municipal de educação nos anos de 1990 na ilha de Caratateua/Belém-Pará**. 2005. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: [http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertacoes2007/MARIZA\\_dissertacao.pdf](http://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertacoes2007/MARIZA_dissertacao.pdf). Acesso em: 3 ago. 2021.

BASCHET, J. Convite a uma crítica anticapitalista mais aguda. *In*: MARTINS, A. (ed.). **Outraspalavras**. Movimentos e Rebelião: jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebelias/convite-auma-critica-anticapitalista-mais-aguda/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1993 (Série Planejamento n. 1).

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1994a (Série Planejamento n. 2).

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996a (Série Planejamento n. 3).

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996b (Série Planejamento n. 4).

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996c (Série Planejamento n. 6).

BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996d (Série Planejamento n. 7).

BELÉM. **Dados estatísticos da rede municipal de Belém**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1997.

BELÉM. **Decreto nº 29205**. 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre a regulamentação do Art. 2º, da Lei nº 7.722/94, institui o Subsistema Educacional de Unidade para o Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Belém: Prefeitura municipal, Procuradoria Geral do Município. 1996e. Disponível em: <https://sistemas.belem.pa.gov.br/leisedecretos/#/visualizacao/1905>. Acesso em: 08 fev. 2022.

BELÉM. Lei nº 7722/94, de 7 de julho de 1994. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação. **Lei Nº 7722/94**. Belém, PA, 7 jul. 1994b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/1994/772/7722/lei-ordinaria-n-7722-1994-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-educacao>. Acesso em: 15 out. 2020.

BELÉM. Plano Plurianual PPA 2014-2017: **Contextualização das Dimensões Estratégicas**: Anexo I. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2013. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=37&conteudo=4586>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BELÉM. **Projeto Político Pedagógico da Escola Parque Amazônia**. Belém: Secretaria Municipal de Educação-SEMEC, 2016.

BEZERRA, Z. F. **A educação ambiental paraense na fala dos seus pioneiros**. 2012. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Ciências e Matemática) – Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4537/1/Dissertacao\\_EducacaoAmbientalParaense.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4537/1/Dissertacao_EducacaoAmbientalParaense.pdf). Acesso em: 3 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: 2019a. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. **Portaria Nº 2.015, de 20 de novembro de 2019**. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares – PECIM em 2020, para consolidar o modelo de Escola cívico-militar – ECIM nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Brasília: 2019b. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FOLADORI, G. O Capitalismo e a crise ambiental. **Revista Raízes**, Ano XVIII, n. 19, p. 31-36, maio 1999. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/150/136>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FREITAS, S. C. S. **Construção de políticas públicas de educação ambiental em Belém do Pará de 1997-2004**. 2005. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2689/6/Dissertacao\\_ConstrucaoPoliticPublicas.pdf](https://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2689/6/Dissertacao_ConstrucaoPoliticPublicas.pdf). Acesso em: 2 abr. 2021.

GUEDES, M. G. R. C. **Democracia e eleição de dirigentes escolares no sistema municipal de ensino de Belém**: análises e perspectivas. 2007. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007. Disponível em: [https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1666/4/Dissertacao\\_DemocraciaEleicaoDirigentes.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/1666/4/Dissertacao_DemocraciaEleicaoDirigentes.pdf). Acesso em: 4 ago. 2021.

INVASÃO ganha uma escola de US\$ 1,5 milhão. **O Liberal**, Belém, 27 set. 1996. Atualidades. p. 8.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000100003&lng=en&nrm=isso). Acesso em: 27 maio 2021.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, mar. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022012000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022012000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 19 maio 2021.

LIMA, J. S. S. Educação Ambiental, arte e cultura na Amazônia paraense: uma experiência de gestão no Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, em Belém, Pará. In: SILVA, J. B. da (org.). **Educação e meio ambiente na Amazônia brasileira**. Curitiba: CRV, 2021. p. 75-94.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção questões da nossa época, v. 54).

MARTINS, A. A. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **RBPAAE – revista brasileira de política e administração da educação** - v. 35, n. 3, p. 689-699, set./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/94577>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução: Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, E. F. Direita, volver! A onda conservadora e a militarização de escolas públicas. In: DOURADO, L. F. (org.). **PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização**. (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae, 2020. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/PNE-politicas-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, E. P. de. **Concepção e implantação do Ecomuseu da Amazônia: o estudo de suas possibilidades a partir do Distrito de Icoaraci (Paracuri e Orla)**. 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2009.

OLIVEIRA, R. Complexo alfabetizará crianças e adultos. **A Província do Pará**, Belém, 27. set. 1996. Cidade. p. 11.

REIS, M. I. A. dos. **Gestão, trabalho e adoecimento docente: Caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque**. 2009. 210f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/2128/6/Dissertacao\\_GestaoTrabalhoAdoeciment.o.pdf](https://repositorio.ufpa.br/bitstream/2011/2128/6/Dissertacao_GestaoTrabalhoAdoeciment.o.pdf). Acesso em: 4 ago. 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. In: **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 25 out. 2021.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. p. 11-20.

SILVA, J. B. da. **O subsistema de educação para o desenvolvimento sustentável instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual**. Belém: NEB/UFPA, 2020. (Projeto de Pesquisa-Portaria N° 23/2020/NEB/UFPA).

SILVA, J. B. da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária da Reserva Extrativista Rio Cajari**. 2003. 149f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do

Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

SILVA, J. B. da; PINTO, E. C. R.; PINHEIRO, M. F. D. Análise do PPP da Escola Bosque, Belém, Pará. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 13, n. 28, set./dez. 2018.

SOUZA, N. S. D. de. **Na Belém Ribeirinha, a juventude e o direito à escolarização com educação profissional**: análise da experiência da Casa Escola da Pesca. 2015. 258f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VEIGA, C. H. A. **Militarização de escolas públicas no contexto da reforma gerencial do Estado**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/6025/2/2020%20-%20Carlos%20Henrique%20Avelino%20Veiga.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

#### AUTORIA:

\* Doutorado em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará. Professor titular da Universidade Federal do Pará. Contato: josebittencourtsilva@gmail.com

\*\* Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica pela Universidade Federal do Pará. Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Fundação Escola Bosque. Contato: michelletapajos29@gmail.com

\*\*\* Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica pela Universidade Federal do Pará. Professora da Secretaria Municipal de Educação de Tailândia-PA. Contato: karen\_tavares25@yahoo.com.br

#### COMO CITAR ABNT:

SILVA, J. B. da; TAPAJÓS, M. C.; CLARINDO, K. T. O subsistema de educação para o desenvolvimento sustentável em Belém do Pará: processos e aspectos conjunturais (1993-1996). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-27, 2024. DOI: 10.20396/rho.v24i00.8670111. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8670111>. Acesso em: 11 abr. 2024.

#### Notas

<sup>1</sup> Esse projeto de pesquisa contou com apoio financeiro do PROPESP/PIBIC/CAPES.

<sup>2</sup> Informação concedida pela Secretaria de Educação do governo Hélio Gueiros no período de 1993-1996. Entrevistador: José Bittencourt da Silva. Arquivo do Projeto de Pesquisa “O subsistema de educação para o desenvolvimento sustentável instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual” (Silva, 2020).

<sup>3</sup> Informação concedida pela Gestora do Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso. Entrevistador: José Bittencourt da Silva. Arquivo do Projeto de Pesquisa “O subsistema de educação para o desenvolvimento sustentável instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual” (Silva, 2020).